

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS. ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL - COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS.

CARDOSO, Mário

Ano: 1960 | Número: 70

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Notas Bibliográficas. António Gomes da Rocha Madahil - Colectânea de Documentos Históricos. *Revista de Guimarães*, 70 (1-2) Jan.-Jun. 1960, p. 295-300.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Notas bibliográficas

Colectânea de Documentos Históricos. I (959-1516). Volume comemorativo do Milenário de Aveiro. Edição da Câmara Municipal e organização de António Gomes da Rocha Madahil. 1 volume de XVII + 330 págs. 205 x 280 mm., e 28 estampas fora do texto. Aveiro 1959.

Está um pouco em moda comemorar os «milenários» das terras portuguesas. Guimarães assinalou festivamente, em 1953, os seus mil anos de existência historicamente comprovados; festejou-os igualmente, em 1959, com idênticos testemunhos diplomáticos, a cidade de Aveiro; e supomos que outras localidades mais, pelo menos Vila do Conde, solenizaram também a data escolhida como padrão da sua maioridade histórica.

Mas a verdade é que, dentro deste Portugal, tão velhinho, que já era vivo, com outros nomes, em tempos muito anteriores à formação do Condado, poucas terras haverá, por mais humildes que sejam (e até, por via de regra, são precisamente essas as mais antigas) que não possam ostentar nos seus pergaminhos a propecta senectude dos mil anos de existência.

Contudo, o modo como se tem procurado estabelecer essa certidão de idade é que nos parece não estar muito certo, como já tivemos ocasião de o dizer quando das comemorações do milenário vimaranense: vai-se à poeira dos arquivos, rebusca-se no manuscrito mais antigo que se conheça, autógrafo ou apógrafo, qualquer referência à terra cuja vetustez se pretende comprovar, seja *Vimaranes*, *Alauario*, *Villa de Comite* ou outra, decifra-se a data lançada nesse documento, e... nada mais é necessário. Verificou-se que Guimarães, Aveiro, Vila do Conde, etc., já existiam há mil anos: a comemoração fica justificada. Para o caso de Aveiro serviu o chamado «testamento» de Mumadona, de 959, no qual a nobre Condessa alude às suas «terras in *alauario* et salinas que ibidem comparauimus». O milenário de Guimarães, que se resolvera fosse comemorado no mesmo ano em

que a terra festejava o centenário da sua elevação de «vila» à categoria de «cidade», apoiou-se num diploma de 953, em que uma certa Flámula, Deo-vota, sobrinha de Mumadona por afinidade, vendera ao Abade Gonta e seus frades e freiras, «habitantes cenouio uimaranes» a «uilla de comite» e «alia uilla uocitata quintanella», documento este que também foi bandeira hasteada para afirmar o milenário de Vila do Conde.

Evidentemente que as remotas datas destes documentos de meados do século X, apesar de tomadas um pouco à mercê do acaso, puderam servir para comprovar, dentro de certos limites, que as localidades a que aludem contam os seus mil anos de existência, mas o que não invalidam é a hipótese de que elas, nessa mesma data, já possam contar 1500 ou 2000 anos, pois não são poucas as nossas terras que assentam hoje onde outrora já existia um castro pré-romano, ou que apresentem dentro dos seus muros vestígios da ocupação romana do lugar. Mas, enfim, é este um modo de imprimir um aspecto histórico a festejos patrióticos e bairristas, mais ou menos populares...

Há, porém, um certo aspecto interessante destas festas cujo ruído banal se desvanece rapidamente: é que as comemorações dos pretensos milenários servem por vezes de pretexto oportuno para dar a lume publicações de carácter histórico de merecido relevo e duradouro valor. Assim aconteceu agora com o milenário de Aveiro, que deu ensejo a que a Câmara Municipal daquela bela cidade, à qual preside um intelectual de elevado prestígio, o Sr. Dr. Alberto Souto, tomasse a benemérita iniciativa de patrocinar a publicação do 1.º volume de uma *Colectânea* constituída por centena e meia de documentos históricos, uns inéditos outros não, referentes a Aveiro e seu Termo, abrangendo os anos de 959 a 1516, cuja organização foi criteriosamente entregue ao diplomata, Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, Sr. António Gomes da Rocha Madahil.

As Colecções diplomáticas da natureza desta, metódica e cronologicamente ordenadas, nos moldes dos *Portugaliae Monumenta Historica*, edição da Academia das Ciências que ficamos devendo a Herculano, dos *Vimaranis Monumenta Historica*, da Câmara Municipal de Guimarães, que o erudito Abade de Tagilde compilou, dos *Documentos Medievais Portugueses*, da Academia Portu-

guesa da História, coligidos por Rui Pinto de Azevedo, do *Corpus Codicum Latinarum*, da Câmara Municipal do Porto, iniciado por José Caldas e Sampaio Bruno e continuado por Magalhães Basto — são obras de consulta absolutamente indispensáveis na mesa de trabalho dos cultores da História pátria.

Assumi agora o grande trabalho, que uma iniciativa desta ordem impõe, a Câmara Municipal de Aveiro, que acertadamente escolheu para organizar essa Colectânea o erudito medievalista Sr. Rocha Madahil, cujos méritos e competência se torna desnecessário encarecer.

Na Nota preambular com que o illustre diplomata abre o luxuoso volume, diz-nos que este constitui o primeiro de uma série «daquilo que futuramente se poderá chamar o *Corpus* documental aveirense». Fazemos portanto os nossos melhores votos para que tão preciosa obra prossiga, e não lhe aconteça o mesmo que infelizmente sucedeu com os *Vimaranis Monumenta Historica*, colectânea que após o meritório esforço do Padre Oliveira Guimarães, Abade de Tagilde, não teve continuadores, pois ninguém mais se abalçou a completar o trabalho encetado, apesar de, posteriormente à morte do insigne Abade, outros historiadores vimaranenses o terem podido continuar, se quisessem, bastando citar os nomes de João de Meira, de Alfredo Pimenta e de Eduardo d'Almeida, que a morte também já ceifou. É que o trabalho destas Colectâneas envolve grandes dificuldades e é sumamente canseroso, motivo por que nem todos os que dispõem de competência para as organizar, dispõem da tenacidade e persistência bastantes, ou de tempo disponível para as levar a cabo.

O Sr. Rocha Madahil, escritor honesto e probo, é o primeiro a salientar que, neste volume da *Colectânea de Documentos Históricos* de Aveiro, entre os diversos diplomas nela incluídos, muitos outros teriam ali cabimento, porque a sua rebusca arquivística não foi exaustiva, e, por outro lado, não lhe chegara o tempo para uma inventariação de todos os documentos de interesse para o fim em vista, que deveria ser previamente elaborada.

Começa o Sr. Madahil por chamar a atenção para o documento mais antigo conhecido em que o nome *Alauario* (= Aveiro) aparece: é o célebre *Testamento* de Mumadona, que ele prefere designar *doação*, com maior

propriedade, pois, de facto, por «testamento» deve entender-se uma disposição de bens para entrar em vigor *post mortem* do testador, e, no diploma em questão, a Condessa Mumadona aliena, ainda em vida, a favor do Mosteiro de Guimarães, esses bens tratando-se portanto, evidentemente, de uma «doação». Mas, como é sabido, a palavra *testamentum* abrangia, nessa época, igualmente a significação de *donatio*, e o apógrafo do «Livro de Mumadona» contendo a doação desta ao Mosteiro de Guimarães, abre muito explicitamente, à semelhança de outras espécies diplomáticas, como cartas de venda, títulos de dotes, privilégios, etc., com as seguintes palavras — «Testamentum quod fecit domna Muma de suas uillas ad cistercio uimaranes». Esta designação de *testamentum* já não aparece, é certo, à cabeça dos dois apógrafos do mesmo diploma existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, um dos quais também do século XII e outro do século XIII. Mas, inclusivamente, noutros documentos agora compilados pelo Sr. Rocha Madahil, considerados doações (N.º II, IV, IX, XIV, XVI, etc.) lá se encontra a designação de *Testamentum*. Igualmente outra cópia do mesmo Testamento de Mumadona, extraída de outro apógrafo do século XII, citado por Herculano nos *Port. M. H.*, feita, como afirma o Sr. Madahil, pelo punho de Viterbo, existente na Academia das Ciências de Lisboa, abre com o título de «Testamento de D. Muma domna», título este posteriormente ali cortado e substituído por outro, segundo o Sr. Madahil da mão de João Pedro Ribeiro — «Testamento, ou Doação de D. Mumadona». Depreende-se, portanto, que João Pedro Ribeiro também considerou ali sinónimas estas duas palavras. O famoso cartulário do século XII chamado *Testamentum Vetus* ou *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Lorvão* abrange com este título, não apenas testamentos, mas igualmente doações, vendas, etc.

A propósito das duas cópias acima citadas existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, lugar onde o Sr. Rocha Madahil, que ali foi Conservador, as considera actualmente «a bom recato», não resistimos ao ensejo que se nos oferece de chamar a atenção do leitor para o que deixamos escrito na *Revista de Guimarães* (Vol. LXIII, 1953, p. 37-39, nota 16) sobre o lamentável desfalque de 4.203 documentos feito ao extinto Arquivo da Cole-

giada de Guimarães (hoje Arquivo Municipal de Guimarães), documentos que no tempo de Herculano foram parar à Torre do Tombo, e mais 112 que, em 1944, foram incorporados no referido Arquivo de Coimbra. É triste que, deste modo, se encontre actualmente disperso por três Arquivos o precioso recheio do antigo e rico Arquivo da Colegiada de Guimarães, que era património desta terra, berço da Pátria portuguesa, e onde ainda hoje deveria estar reunido. Cremos que em Espanha, por exemplo, nunca pessoa alguma se lembrou de promover a transferência do Arquivo de Simancas para Madrid, só porque Simancas, terra aliás de tradições históricas, é presentemente uma pequena vilória da Castela Velha.

Pondo em merecido destaque a figura histórica de Mumadona, que, com as suas «terras in aluuario et salinas», de que reza a doação, veio autenticar o milenário de Aveiro, lamenta o Sr. Madahil que tão ilustre personagem não tenha ainda a monografia que merece, e que muito especialmente a terra vimaranense lhe deve, visto que toda a finalidade e principal interesse do documento em questão diz respeito a Guimarães.

Entre o que, aliás, sobre essa nobre dama se tem escrito modernamente, cita o Sr. Rocha Madahil os nomes do P.^e Gonzaga de Azevedo e do Prof. Sáez Sánchez, e, deste último, alude inclusivamente a um trabalho de que supomos ser apenas até hoje conhecido simplesmente o título, por não ter sido ainda publicado pelo seu autor o correspondente artigo. Queremos referir-nos às «Notas sobre la nobleza galaico-portuguesa de la Alta Edad Média», que Emílio Sáez anunciou na Bibliografia apensa ao seu artigo sobre «Los descendientes de San Rosendo» publicado na Revista *Hispania* em 1948 (tomo VIII, n.º 31, p. 231), trabalho aquele que em 1956 estava ainda por vir a lume, segundo informe do próprio ilustre medievalista espanhol. Não sabemos, se, nestes quatro anos mais recentes, terá sido publicado, mas supomos que não, pois novamente no «Congresso Histórico de Portugal Medieval», realizado em Braga no ano findo, se anunciou uma Comunicação de Sáez Sanchez sobre «La nobleza portuguesa de la Alta Edad Média», mas nem Sáez compareceu a este Congresso, nem (se não estamos em erro) chegou sequer a enviar o original para publicação nas Actas do mesmo Congresso.

Sobre Mumadona existem igualmente, nos trabalhos de outros, modernos e insígnis historiadores espanhóis, como Perez de Urbel e Sanchez Albornoz, referências importantes para o conhecimento da biografia e genealogia da nobre abadesa do Mosteiro de Guimarães, sem esquecermos idênticas alusões que se encontram nos escritos do notabilíssimo medievalista e saudoso Professor da Universidade de Coimbra Pierre David.

Em seguida, ocupa o Sr. Rocha Madahil algumas páginas acerca do erro cometido pelo Cónego Gaspar Estaço, nas *Varias Antiguidades de Portugal*, que leu na doação de Mumadona a era de 967 em vez de 997. Parece-nos ter sido inútil o tempo perdido a lembrar tal erro, pois desde a leitura aceite por Viterbo, Herculano, Gama Barros, Abade de Tagilde, Gonzaga de Azevedo e outros luminares da Diplomática, é assunto de há muito arrumado e portanto ponto assente que a data da referida doação é do ano 959, e não outra.

A Colectânea aveirense foi ilustrada com 28 excelentes gravuras «hors texte», de assuntos nem sempre muito a propósito ali intercalados. Em geral a austeridade dos textos diplomáticos não consente que a frialdade destas Colectâneas seja amenizada com estampas, embora artísticas, à excepção de quaisquer reproduções facsimiladas dos próprios documentos originais.

Termina o Volume com três índices: um dos diplomas, por sua ordem cronológica, outro toponímico das localidades neles citados, e outro das gravuras. A apresentação do livro, impresso na «União Gráfica», de Lisboa, é luxuosa e esmerada.

Herbert KÜHN, *Die Felsbilder Europas*, W. Kohlhammer, ed., Stuttgart 1952. Vol. de 215 págs., 180 x 260 mm., com 144 gravuras no texto, 5 tricromias, 111 similigravuras fora do texto, e 6 mapas.

Do mesmo Autor, *Die Kunst Alt-Europas*, W. Kohlhammer ed., Stuttgart 1958. Vol. de 251 págs., 180 x 260 mm., com 134 gravuras no texto, 4 tricromias e 192 similigravuras fora do texto.

O Dr. Herbert Kühn, Professor da Universidade de Mogúncia, é conhecido como um dos maiores especialistas sobre arte pré-histórica, cujos temas ele sabe observar, estudar e comentar «com olhos de crítico moderno»,